

Dívida dos estados obriga os governadores a maior união

Pública 23 OUT 1988 JORNAL DE BRASÍLIA

Murilo Murça

A "política dos governadores", que alcançou seu auge no Estado Novo, espalhando-se pelo Governo JK e só reduzida quando o Governo Federal passou a nomear diretamente seus mandatários estaduais, está de volta. Encerrada a Constituinte, explodiu no episódio da União de 20 Governadores contra a obrigatoriedade de pagamento de 25% de suas dívidas externas acumuladas desde 1.983, além de 25% das que vencerão em 1.989.

Jogo de cena. Os governadores precisam de um motivo ou de um palco adequado para se reunir e, sem falar diretamente, tomar pulso, avaliar forças políticas antagônicas e correlação de forças para o futuro. Já não pensavam, na semana anterior quando 18 deles se encontraram em Brasília, nas eleições municipais. Estavam de olho na sucessão do presidente Sarney e na deles próprios, no ano seguinte.

O episódio da dívida externa dos estados interessa, em primeiro lugar, ao governador Orestes Quércia, de São Paulo, que está diante do pagamento de US\$ 1,24 bilhão no próximo ano, ou 550 bilhões a cruzados de hoje. É muita coisa, isoladamente, quando todo o Nordeste, Amazônia e Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, somados, devem US\$ 2,3 bilhões vencíveis em 89, dos quais terão de pagar US\$ 575 milhões, menos da metade do Estado que exporta e recolhe mais da metade das receitas nacionais. Em cruzados, esse segundo grupo deve pagar Cz\$ 258,7 bilhões.

O problema da dívida externa não afeta o Piauí, o Rio Grande do Norte, Pará ou Amazonas, para bater, de forma mais forte, nos estados do Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro. O Rio Grande de Pedro Simon, comparativamente, talvez até esteja levando a pior. O Estado não industrializou-se na velocidade dos demais, endividou-se mais do que podia graças à força política de que dispôs por ter feito tantos presidentes e, por fim, viu migrarem grandes capitais de sua principal riqueza, a agropecuária, para áreas mais rentáveis, principalmente o Centro-Oeste, embora os gaúchos já frequentem até as bordas amazônicas.

Parâmetros

O Rio Grande do Sul, embora colocado entre o quinto e o sexto Estado mais rico do País, dependendo dos parâmetros utilizados, é o terceiro mais comprometido externamente, devendo pagar, pelo Orçamento da União e determinação das autoridades econômicas federais, nada menos que US\$ 230 milhões no próximo ano, (Cz\$ 103 bilhões), quantia que realmente debilita o Tesouro estadual, permitindo ao governador Pedro Simon pouco mais que pagar, e mal, o seu funcionalismo e "construir estradi-



Orestes Quércia terá que pagar US\$ 1,24 bi no próximo ano

nas", como diz seu inimigo Leonel Brizola.

A nível de dificuldade, é seguido pelo Rio de Janeiro de Moreira Franco, que alia uma dívida externa, para o próximo ano, de US\$ 1,67 bilhão (terá de pagar US\$ 418 milhões, ou Cz\$ 188 bilhões) com elevado débito interno, queda de receitas e todo o prejuízo do Banerj, curiosamente provocado pelo mesmo Leonel Brizola.

O grande inspirador da solução política e da reunião de governadores é, no entanto, Newton Cardoso de Minas Gerais. Gerou o documento básico de protesto dos governadores em cima de projeto criado pela Secretaria da Fazenda de São Paulo, que gritou enquanto os mineiros trabalhavam em silêncio para produzir, em seguida, um dos mais importantes fatos políticos deste triste outubro.

Investimentos

Minas, no entanto, não está tão preocupada com o pagamento das dívidas externas. Conseguiu atrair investimentos externos no ano passado, melhorou sua posição de exportações esse ano e, simplesmente, colocou em seu orçamento para 1989 todo o pagamento exigido pelo Governo Federal. Ainda que reduza a capacidade de investimento do Estado, o pagamento mineiro já está garantido. Se os governadores conseguirem a desejada redução de 25% para 10% no pagamento da dívida externa, Newton Cardoso terá um sobre-caixa suficiente para muitas obras que lhe financiem a própria sucessão, com sobras para bancar alguma coisa de sua própria campanha presidencial. Mesmo sendo o quarto maior devedor, devendo pagar, pelas regras atuais, nada menos de US\$ 172 milhões, de um débito a vencer no próximo ano, somado ao vencido até agora, de US\$ 691 milhões.

O governador do Paraná, Alvaro Dias, também é candidato a Pre-

sidência da República mas não compareceu à reunião dos governadores. Corre por fora, ciente de que deve buscar aliados no Norte/Nordeste e esperar as sobras da disputa entre São Paulo e Minas Gerais, que definirão também as sobras do Rio de Janeiro. O Paraná, com uma dívida vencível no próximo ano de US\$ 546 milhões — teria de pagar US\$ 136 milhões — Cz\$ 61 bilhões), tem a tranquilidade de responder por aproximadamente 30% da produção e mais do que isso em exportação de produtos primários, o que já lhe deu um bom caixa este ano e pode melhorar no próximo com a perspectiva de continuidade da seca norte-americana que prejudica a produção de grãos que podem ser buscados no Paraná.

Beneficiadas

Seguem em números das dívidas externas a Bahia de Waldir Pires (US\$ 367 milhões para 1989, dos quais deverá pagar pelas regras atuais US\$ 89,25 milhões, Cz\$ 40 bilhões), Santa Catarina de Pedro Ivo (US\$ 321 vencíveis), Maranhão de Epitácio Cafeteira (US\$ 273 milhões) e Goiás de Henrique Santillo (US\$ 104 milhões).

O Governo Federal estima que os mais beneficiados pela reforma tributária da Constituição sejam justamente os estados mais industrializados — particularmente São Paulo, que teve no "tucano" José Serra um grande articulador na Constituinte, visando o aumento de sua arrecadação —, o que lhes daria condições de pagamento dos débitos honrados até agora pela União. E, com base nesses estudos, além de outras oferendas políticas, tentará dividir os governadores, levando os do Norte e Nordeste a reduzirem as pressões para mudanças no orçamento-89. É uma correlação direta entre número de eleitores, poder econômico e estoque de dívida.